



- VII Encontro Anual de Iniciação Científica
- III Encontro de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (EICTI)
- VI Seminário de Extensão Universitária da UNILA - SEUNI

ISSN:

Projeto Gráfico e Editoração

Pró-Reitoria de Extensão - Departamento de Culturas e Comunicação

Sarah Eloisa Scholz Dias Sales

Roger Perciliano do Prado Dourado

Secretaria de Comunicação Social

Marco Polo Gomes de Azevedo

Organização

Pró-Reitoria de Extensão

Angelica Natal Peretti

Kelly Aparecida Costa

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Giane de Godoy Favaro Fidelis

Jessica Aparecida Soares

Todos os resumos neste livro foram fornecidos pelos autores. O conteúdo dos mesmos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores. A Organização da 1ª SIEPE, seus assessores ad hoc e comitês científicos não se responsabilizam por consequências decorrentes do uso de quaisquer dados, afirmações e/ou opiniões inexatas (ou que conduzam a erro) publicadas.

Comissão Organizadora da 1ª SIEPE

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação. UNILA.
Biblioteca Latino-Americana

S471a

Semana Integrada Ensino, Pesquisa e Extensão (1.: 2018 : Foz do Iguaçu/PR).

Anais [da] 1. Semana Integrada Ensino, Pesquisa e Extensão ; [recurso eletrônico] / VII. Encontro Anual de Iniciação Científica ; III. Encontro de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação ; VI. Seminário de Extensão Universitária da UNILA / Organização Angelica Natal Peretti ... [et al.] ; realização: [Universidade Federal da Integração Latino-Americana]. - Foz do Iguaçu: UNILA, 2018.

Modo de acesso: World Wide Web: <<https://unila.edu.br/siepe/anais>>

ISSN:

1. Extensão universitária - anais. 2. Ensino superior. 3. Pesquisa - extensão - inovação. I. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. II. Encontro Anual de Iniciação Científica (7. : 2018 : Foz do Iguaçu/PR). III. Encontro de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (3. : 2018 : Foz do Iguaçu/PR). IV. Seminário de Extensão Universitária da UNILA (6. : 2018 : Foz do Iguaçu/PR). V. Peretti, Angelica Natal, (Org). VI. Universidade da Integração Latino-Americana. VI. Título.

CDU: (2a ed.): 378.147.091.32(042)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana | UNILA

Avenida Sílvio Américo Sasdelli, 1842 - Vila A, Edifício Comercial Lorivo | CEP: 85866-000 | Caixa Postal 2044 - Foz do Iguaçu - Paraná

E-mail: unila@unila.edu.br | (45) 3529 - 2800

ORDEM SOCIAL COMPETITIVA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: AS ORIGENS DO ESTADO SOCIAL SUECO.

RAMOS TORRES, CARLOS ALBERTO³⁸

MEDEIROS SILVA, RODRIGO LUIZ³⁹

RESUMO

Nesta pesquisa pretende-se encontrar evidências sobre a relação entre a emergência do quadro social competitivo na Suécia e seu desenvolvimento econômico. Através da revisão bibliográfica constatou-se que, mediante ativação política dos trabalhadores e sobre algumas condições favoráveis, sem necessidade de uma revolução violenta e com diversas reformas graduais, é possível que em um país periférico e dependente se consolide uma ordem social competitiva que permita as condições necessárias para seu desenvolvimento e a substituição da dependência pela interdependência.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tardio da Suécia representa uma importante fonte de evidências que subsidiam a hipótese da relação entre ordem sociopolítica e desenvolvimento econômico. O propósito da pesquisa consiste em indagar sobre a emergência do quadro democrático competitivo sueco e seu papel na consecução do controle sobre os meios e fins da acumulação capitalista. Partimos do pressuposto que a ordem democrática competitiva serve de base para a conciliação entre crescimento econômico e equidade de classes e gênero, além da inserção externa soberana. A relevância da pesquisa justifica-se pela escassez de estudos na literatura latino-americana sobre desenvolvimento, que descrevam a emergência da ordem social sueca como elemento explicativo do seu desenvolvimento econômico.

2- METODOLOGIA

A pesquisa foi norteadada principalmente pela revisão bibliográfica. Consequentemente, a leitura, a elaboração de fichamentos e resenhas, e a tradução de textos, constituíram as principais técnicas de pesquisa adotadas. Por outro lado,

³⁸ Estudante do Curso de Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento, ILAESP–UNILA; bolsista IC-UNILA; e-mail: car.torres.2016@aluno.unila.edu.br.

³⁹ Docente do curso Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento, ILAESP–UNILA; e-mail: rodrigo.silva@unila.edu.br.

a escolha da literatura foi pautada entre autores da sociologia do desenvolvimento e a historiografia econômica da Suécia.

3- FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

De forma geral, as teorias do desenvolvimento apontam à ativação política como consequência imediata do crescimento econômico, ou como um obstáculo para tal. Contrariamente, temos a perspectiva do Florestan Fernandes (1968), quem entende o processo de instauração de uma democracia competitiva como requisito para o desenvolvimento e inserção econômica soberana de um país atrasado. Contudo, a hipótese do Fernandes carece de exemplos concretos que possam corroborar tal relação.

No marco da pesquisa, identificou-se no caso da Suécia uma experiência de desenvolvimento que preenche esta lacuna teórica. Nesse sentido, resulta necessário identificar algumas particularidades estruturais da sociedade sueca de finais do século XIX: a) desde 1842 o país contava com um sistema escolar público de ensino básico; b) o 72% da população era rural em 1870; c) o padrão estrutural básico da economia antes de sua industrialização era a produção de madeira e produtos florestais (1850) e ferro (1870); d) as principais linhas de transporte ferroviário foram desenvolvidas pelo Estado até 1870; e, e) um quadro político sem minorias étnicas, religiosas ou culturais (sociedade menos propensa a “antagonismos irreconciliáveis”) (TILTON, 1978). *Grosso modo*, essas seriam as “condições iniciais” para a modernização tardia da Suécia.

Podemos dizer que a industrialização e o desenvolvimento sueco aconteceram de forma gradual. De fato, sua expansão industrial não criou grandes centros industriais (como o Vale do Ruhr na Alemanha), mas, pequenas indústrias dispersas (TILTON, 1978 p. 563). O historiador sueco E. Dahmen ilustraria esse fato: “os mesmos vinte homens seguem aparecendo em pelo menos uma centena das empresas que surgiram nas décadas iniciais da industrialização sueca”⁴⁰. Isto pode ser considerado como uma evidência da não emergência prematura de uma classe burguesa competitiva, e de fato, a tendência inicial foi de monopólios locais.

No entanto, a pesar de não tender ao “*laissez-faire*” inglês, a economia sueca adotou métodos de parceria público-privado, sobretudo, em setores chaves como:

⁴⁰ Tradução nossa, cf SSAMUELSSON, Kurt. **From great power to welfare state: 300 years of Swedish social development**. Allen and Unwin, 1968.

telefonia, telegrafia e energia hidroelétrica (CHANG, 2004, p.78). Assim, sua trajetória foi parecida com o modelo Estatista alemão, mas com menor grau de propriedade pública e limitações no gasto militar.

Entretanto, para o “desenvolvimento democrático” a literatura aponta a algumas condições: a) certo equilíbrio entre a monarquia e a aristocracia; b) a progressiva debilitação da aristocracia latifundiária e sua abertura a atitudes burguesas; c) a prevenção de uma coalisão aristocrático-burguesa contra os camponeses e trabalhadores; d) emergência de uma estrutura agrícola comercial em mãos da aristocracia ou do campesinato; e) uma ruptura revolucionária com o passado (MOORE, 1966). Basicamente, a estrutura de agricultura comercial seria necessária para fornecer uma base econômica que limitaria o surgimento de revoluções camponesas violentas. Assim, no caso da Suécia, podemos identificar outra particularidade que “dispensou” o processo de tal condição: a “fuga massiva das fazendas”, se estima que entre 1860 e 1910 mais de 750.000 suecos emigraram para os Estados Unidos, ou seja, um de cada cinco (TILTON, 1978 p. 567). Tal situação permitiu à Suécia evitar o problema da pobreza no campo.

Então, quando e como surge a democracia sueca como orientadora da economia? e, a partir de que ponto os assalariados são protagonistas do processo democrático? Para responder essas duas questões deve se considerar, por um lado, a ausência de bases políticas para uma revolução violenta de transição, e por outro, três momentos de reformas graduais: a) As reformas de 1866 que mudaram a conformação do Parlamento sueco (*Riksdag*) para a forma Bicameral. Essa reforma reconheceu o surgimento de uma nova classe média industrial e comercial, mas, o direito a sufrágio continuou restrito apenas para homens com determinadas condições econômicas (TILTON, 1978). Podemos dizer que o fim deste primeiro momento de reformas se deu com a criação do Partido Trabalhista Socialdemocrata Sueco em 1889; b) As reformas de 1909 empreendidas pelo setor conservador: seu resultado foi a extensão do direito a voto nas eleições para o Parlamento (principalmente à classe média e a um grande número de trabalhadores), contudo, homens ricos ainda conseguiam emitir até 40 votos (TILTON, 1978); c) As reformas de 1917-21 que marcariam definitivamente a consolidação dos princípios parlamentares, a extensão do sufrágio para as mulheres e a extinção da plutocracia.

A ativação política das classes populares sempre esteve presente em cada um dos três momentos colocados anteriormente. Nas reformas de 1866 multidões

de cidadãos fizeram pressão política frente à Câmara no dia das votações finais. Logo, nas reformas de 1906, o movimento sindical já tinha emergido a nível continental, e junto com movimentos pró-sufrágio (por exemplo, o da Noruega), organizaram a nova estratégia de greves e pressão popular. As propostas em questões como o seguro desemprego foram colocadas no *Riksdag* pela esquerda liberal, mas barradas pelos conservadores agrários (THERBORN, 1986 p.11; TILTON, 1978).

As terceiras reformas, a partir de 1917, causariam um equilíbrio social do poder. Ainda que exitosas, as reformas não estiveram isentas da influência externa, como colocaria Tilton (1978), “a crise econômica derivada do bloqueio durante a Primeira Guerra provocou um desencantamento generalizado com o governo conservador” (p.567), e por outro lado, emergia a ameaça da Revolução Russa. Isto foi permitindo as condições necessárias para o enfraquecimento definitivo do setor conservador e a efetivação da transição democrática. Uma coalisão Socialdemocrata-Liberal assumiu o poder, e frente às pressões conservadoras no Parlamento (de impedir as reformas progressistas da agenda da esquerda sueca), ameaçaram com uma greve geral (TILTON, 1978). Neste ponto, os assalariados foram às ruas e exigiram democracia e república, ou seja, aparece a efetiva ativação política e protagonismo da classe trabalhadora sueca.

Por último, o processo de consolidação da ordem social competitiva também contou com o apoio da burguesia nacional mais ou menos “progressista”. Por exemplo, em 1918, frente a uma conveniente proposta conservadora de apoio “moderado” ao seguro voluntário de saúde, o empresário James Gibson se pronunciou exigindo um seguro obrigatório mais completo para os trabalhadores (THERBORN, 1986). Assim, a pesar de que a gradual emergência democrática sueca aconteceu sem a presença de uma grande força revolucionária violenta, o processo nunca foi isento da ameaça de esta acontecer.

Podemos concluir que este processo político foi a base para a posterior emergência do histórico acordo de *Saltsjöbaden* de 1936, um pacto entre sindicatos e empresários, que permitiu o nascimento de um robusto *Welfare-state* em troca de modestas reivindicações salariais por parte dos trabalhadores. Neste período a participação da indústria no PIB sueco passou a ser de quase 48%, e o crescimento do PIB per-capita permitiu o florescimento de um importante mercado interno, o que seria crucial para a inserção externa soberana da Suécia no mercado internacional.

4 RESULTADOS

O processo de emergência democrática da Suécia teve condições diferenciadas de outros países da Europa. Por um lado, evidenciou-se a ausência de algum processo de Revolução violento, mas a realização de reformas graduais que foram impulsionadas principalmente com a ativação política da classe trabalhadora a través de diversos distúrbios massivos. De igual forma, a elite conservadora, frente à necessidade de evitar um processo revolucionário violento, preferiu “um mal menor” e cedeu às reivindicações democráticas. Isto significou a assunção da esquerda socialdemocrata e sua agenda progressista, a qual a partir de 1920 se tornaria mais universalista e atenderia as demandas populares: jornada de trabalho, redução da pobreza, previdência social, equidade de gênero, entre outras.

5 CONCLUSÕES

A experiência sueca permite concluir que, a partir da ativação política dos trabalhadores e sobre algumas condições favoráveis, sem necessidade de uma revolução violenta e mediante de reformas graduais, é possível que em um país periférico e dependente se consolide uma ordem social competitiva que permita as condições (*ex-ante*) para o desenvolvimento económico e a substituição da dependência pela interdependência.

6 PRINCIPAIS REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. Unesp, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MOORE JR, Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy** (Boston: Beacon Press, 1966). *AMERICAN BAR FOUNDATION RESEARCH JOURNAL*, v. 290, p. 1985.

THERBORN, Göran et al. *The working class and the welfare state: a historical-analytical overview and a little Swedish monograph*. 1986.

TILTON, Timothy A. *The social origins of liberal democracy: The Swedish case*. **American Political Science Review**, v. 68, n. 2, p. 561-571, 1974.